



Observatório de Política Externa Brasileira

–Informe de Política Externa Brasileira– Nº 37 Fevereiro–2013

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales;

Mestranda em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES); Raphael Camargo Lima (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP)

Graduados em Relações Internacionais: José Augusto Zague



Observatório de Política Externa Brasileira

Durante o mês de fevereiro, observou-se um volume expressivo de editoriais sobre política externa brasileira nos periódicos analisados pela equipe deste informativo. Um dos assuntos tratados foi o possível acordo entre os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE), anunciado por Barack Obama em seu discurso sobre o Estado da Nação, no dia 25 de janeiro. Os jornais que abordaram a questão exploraram a postura da política externa brasileira sobre o tema, avaliando atuações anteriores e sugerindo novos cursos de ação. O outro, foi a reunião do G-20, grupo das 20 maiores economias do mundo, realizada em Moscou, na Rússia, nos dias 16 e 17 de fevereiro. A questão central desse encontro foi a “guerra cambial”, termo empregado pelo ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega, desde meados de 2010, em referência às manipulações no câmbio por parte das grandes potências com o intuito de estabilizar suas economias, cujos efeitos são prejudiciais ao comércio e às indústrias de países emergentes.

Dentre os periódicos analisados, somente os editoriais de *O Estado de S. Paulo* tratou de todos os temas em pauta. *O Correio Braziliense*, que raramente apresenta editoriais sobre temas de política externa, analisou o acordo entre os EUA e a UE. *A Folha de S. Paulo* apenas tocou na questão do G-20. As revistas semanais, *Carta Capital* e *Veja*, e o diário *Zero Hora* não apresentaram nenhum editorial sobre temas referentes à política externa brasileira. O jornal *Zero Hora* prioriza questões regionais vinculadas ao seu estado de origem, Rio Grande do Sul, por isso raramente faz referência à política externa brasileira. Já os semanários, destinados a públicos diversificados, priorizam temáticas da política interna ou assuntos internacionais de maior repercussão entre seus leitores, como por exemplo a renúncia do Papa ocorrida este mês.

Relações bilaterais: Brasil-EUA e Brasil-União Europeia

Em editorial, publicado no dia 14 de fevereiro, *O Estado de S. Paulo* aproveitou o tema de um possível acordo econômico entre os Estados Unidos e a União Europeia e a intenção do governo estadunidense de celebrar uma parceria transpacífico – com a participação de países como Chile, Peru, Austrália, Brunei, Cingapura, Malásia, Nova Zelândia e Vietnã – para tecer críticas aos rumos de política externa brasileira dos últimos anos.

O periódico defendeu que essas duas possibilidades de acordos deveriam ser suficientes para que o Brasil repensasse sua atuação frente a um mercado global em transição. Segundo o jornal, com o fracasso da Rodada Doha, tem havido importantes acordos bilaterais e o Brasil se encontra fora de todos aqueles em campos mais importantes – com exceção de poucos tratados Sul-Sul, que nem sempre são com parceiros dinâmicos.

No discurso recente do presidente Obama, apontou-se que não houve menção alguma à América Latina. Para *O Estado de S. Paulo*, a explicação estaria em dois fatores: os EUA já terem acordos com o México e países da América Central, e também porque a Argentina e o Brasil rechaçaram o projeto



Observatório de Política Externa Brasileira

da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), o que complicou buscar novas parcerias com tais países

O jornal sustentou que, apesar do que considera erros da diplomacia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, os EUA ainda são um importante destino das exportações brasileiras. Entretanto, apontou-se que o Brasil perdeu a oportunidade de ter um acesso preferencial à economia do país do norte quando rejeitou a ALCA, e agora o país estaria ficando para trás porque, com a recuperação dos EUA, eles estariam buscando firmar parcerias com outros mercados emergentes.

Em editorial publicado no **dia 17 de fevereiro**, o ***Correio Braziliense*** também comentou a possibilidade do acordo econômico entre os EUA e a UE. Segundo o editorial, esse acordo seria uma excelente saída para a crise e teria força suficiente para alterar a atual ordem econômica internacional. O mesmo periódico comentou que o Mercosul também negociava um tratado de objetivos semelhantes com a UE na década passada. Entretanto, para o jornal, as negociações não fluíram porque o bloco sul-americano mal saiu do papel e estaria “capenga”. Destacou que ter um membro afastado, o Paraguai, e outro que não seria totalmente regularizado, a Venezuela, complicou ainda mais a situação do bloco.

Salienta o editorial ainda que, se os EUA consolidarem esse acordo com a UE, os emergentes mais pobres sofrerão muito mais com a crise econômica internacional, pois emprego, renda, riqueza e produção serão gerados lado a lado. O *Correio Braziliense* concluiu destacando que as nações periféricas precisam conscientizar-se de que representam a outra metade do PIB mundial e requisitar sua parte nessa divisão. Caso contrário, a desigualdade entre os países ampliar-se-á ainda mais.

A repercussão do posicionamento do presidente dos Estados Unidos sobre os principais veículos da imprensa brasileira representa a influência que a orientação da política externa estabeleceu com a principal potência do continente em boa parte do século XX sobre a sociedade brasileira, especialmente sua elite econômica.

Apesar dos temores quanto à dificuldade dos países sul-americanos se inserirem na economia internacional por meio de acordos com os países desenvolvidos e a constituição de um possível acordo entre Estados Unidos e União Européia, não inviabiliza outras parcerias entre Europa e demais regiões. Por outro lado, as parcerias estratégicas entre os países em desenvolvimento representam possibilidades de aumentar a dinamicidade econômica em relação aos países desenvolvidos ainda imersos na crise financeira.

Os editoriais pecam, entretanto, ao repetirem velhos argumentos quanto ao suposto desacerto da política externa brasileira. Para os periódicos, o alinhamento automático do Brasil à esfera de influência estadunidense seria parte da solução para a falta de dinamismo da econômica brasileira. No entanto, não mencionam que a crise internacional que teve os Estados Unidos como epicentro é, em grande parte, a maior responsável pelo baixo crescimento econômico brasileiro em 2012. A economia brasileira padece



Observatório de Política Externa Brasileira

desde 2009 das consequências advindas da “Guerra Cambial”, empreendida pelo *Federal Reserve (FED)*, que em uma política de forte expansão monetária - emissão de moeda -, com o objetivo de desvalorizar o dólar, aliada a taxas de juros negativas, teve como consequência a diminuição do prêmio pago pelos títulos do tesouro estadunidense, resultando em forte procura dos investidores internacionais por papéis, títulos e ações de países que pagam prêmio maior, como o Brasil – em função dos juros SELIC até então em patamares muito elevados. Este movimento do *FED* produziu uma forte valorização do real, resultando em perda de competitividade nas exportações. De outro lado, a forte queda dos juros no Brasil entre o final de 2011 e 2012, fato positivo para a indústria nacional e para a economia interna, fez com que os especuladores internacionais deixassem o país à procura de maior remuneração pelo capital investido, o que contribuiu para aumentar a desconfiança externa e interna e frear o dinamismo da economia brasileira. Portanto, a alegação dos periódicos de que o fato do Brasil não ter acordo de livre comércio com os Estados Unidos e a Europa é a causa da desaceleração econômica em 2012, carece de fundamento.

A ação do Brasil em conjunto com o Mercosul, ao refutar a ALCA e medir as consequências quanto a assinatura de acordos de livre-comércio, segue a lógica de preservar seus setores industriais. Os periódicos não mencionam que Brasil e Argentina são os únicos países industrializados da região. Isso significa que abrir os mercados pode ter um alto custo econômico, centrado na perda de milhares de empregos frente à concorrência externa – em muitos casos apoiada em subsídios governamentais – e como efeito colateral, a perda de soberania sobre setores estratégicos da economia. A comparação com Chile e Peru, países que mantêm acordos de livre comércio com os Estados Unidos e União Europeia, deve ser matizada, pois são economias pouco industrializadas, ainda que o Chile exiba um alto padrão de vida para a realidade sul-americana. Contudo, são grandes produtores e exportadores de *commodities*, notadamente minerais metálicos e produtos de base agrícola. Sem uma base industrial importante, estes países têm maior condição de aceitar a liberalização do seu comércio externo, em face de ter pouco a perder em empregos, pois não dispõem, como o Brasil e Argentina, de indústria automobilística ou outros setores dinâmicos da economia.

Encontro do G-20

Em editorial publicado no **dia 15 de fevereiro**, ***O Estado de S. Paulo*** apontou que a “Guerra Cambial” seria um dos temas do encontro do G-20 entre os dias 16 e 17. Segundo o periódico, as grandes economias do mundo não reconheciam o fenômeno porque eram o foco principal das críticas. O tema teria entrado em pauta devido a três fatores: a nova e mais expansionista política econômica japonesa com o intuito de reativar sua economia que se encontrava em deflação; o reconhecimento da valorização do Euro pelo Banco



Observatório de Política Externa Brasileira

Central Europeu; a cobrança do presidente francês por uma política de competitividade para o Euro.

Segundo o jornal, a questão cambial sempre esteve presente na agenda internacional, mas de forma limitada. O compromisso das grandes potências de manter o câmbio estável no início da recessão de 2008 e as pressões contra a China para permitir a flutuação de sua moeda são alguns exemplos citados. Apontou-se que autoridades brasileiras têm tentado, de maneira isolada, forçar uma discussão sobre a política monetária dos Estados Unidos, sem sucesso, pois o país defende que somente estaria estimulando sua economia. Na visão do editorial, o último comunicado do G-7 indicou mesmo caminho, pois os estadistas declaram que suas políticas fiscal e monetária têm sido orientadas no sentido de cumprir os objetivos nacionais com instrumentos domésticos, mas sem ter como alvo as taxas de câmbio. Portanto, *O Estado de S. Paulo* defendeu que a discussão proposta pelo Brasil continua tão difícil quanto antes. O problema, destacado pelo editorial, é que é possível mostrar o efeito cambial de uma medida, mas não é possível, todavia, provar suas intenções. O jornal lembrou que as autoridades brasileiras têm tentado incluir o câmbio na pauta da Organização Mundial de Comércio (OMC), mas não estão adquirindo apoio. E conclui defendendo que a despeito de o G-7 ter aberto algum espaço para o debate do tema, o resultado da conferência é pouco animador. Levantou-se ainda a hipótese de que a reunião do grupo pudesse contribuir para manter o debate vivo na OMC que, na opinião do jornal, seria um ganho para o Brasil

Em editorial publicado no dia **17 de fevereiro**, a **Folha de S. Paulo** também fez referência ao encontro do G-20, afirmando que, o tema do encontro parecia uma vitória diplomática do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que desde 2010 apontava-a como uma das razões para a valorização do Real, em virtude dos efeitos da política econômica americana sob a moeda brasileira.

O jornal assinalou que, a despeito de os motivos da valorização do real entre 2008 e 2011 terem sido complexos, não havia como negar que a política econômica estadunidense teve uma forte influência no processo. Todavia, o editorial apontou que mesmo que os efeitos de algumas decisões econômicas de grandes potências sejam sentidos por países em desenvolvimento – como foi o caso recente dos países asiáticos cujas medidas geraram reclamações de economias latino-americanas –, os países-membros do G-20 preferiram concordar com essas medidas econômicas de seus parceiros, ao invés de lutar para alterá-las. Essa posição foi até mesmo defendida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

A *Folha de S. Paulo* posicionou-se enfatizando que as medidas incluídas no conceito de “Guerra Cambial” – como as baixas taxas de juros dos Estados Unidos ou a desvalorização do lene pelo governo japonês – são opções domésticas corretas e não competitivas. Para o periódico, há de fato efeitos sobre o câmbio e o comércio, porém, o efeito sentido pelas economias em desenvolvimento é um dano colateral e inevitável. Na opinião do jornal, há países que podem desvalorizar sua moeda devido às mais variadas razões internas, e que eles o farão sem motivo aparente, algo impensável para o



Observatório de Política Externa Brasileira

Brasil. Portanto, na opinião da Folha, a queixa apontada pelo governo brasileiro na política internacional que antes já era “quixotesca”, agora atingiu um grau insustentável após o encontro do G20, e agora o governo terá de procurar outras alternativas, pois essa retórica se esgotou .

Referências:

Correio Braziliense – Opinião: **Acordo EUA-UE ameaça ampliar desigualdade** – 17/02/2013.

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **O Brasil e os rumos de Obama** – 14/02/2013.

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **A guerra cambial no G-20** – 15/02/2013.

Folha de S. Paulo – Opinião: **Armistício no G20** – 17/02/2013.